



## **BRASIL PHARMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

*Companhia Aberta*

CNPJ n.º 11.395.624/0001-71

NIRE 35.300.374.797

### **FATO RELEVANTE**

**BRASIL PHARMA S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, sociedade anônima registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A”, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, Pinheiros, CEP 05422-902, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.300.374.797, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.395.624/0001-71 (“Companhia”) vem, em atenção ao disposto no § 4º do art. 157 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e na Instrução CVM n.º 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada, em continuidade aos fatos relevantes divulgados pela Companhia em 16 de novembro de 2017, 7 de dezembro de 2017, 19 de dezembro de 2017, 9 de janeiro de 2018, 15 de janeiro de 2018, 8 de março de 2018, 29 de junho de 2018, 20 de julho de 2018, 13 de setembro de 2018, 27 de novembro de 2018, 10 de janeiro de 2019, 21 de janeiro de 2019, 8 de fevereiro de 2019, 14 de fevereiro de 2019 e 1º de março de 2019, e aos comunicados ao mercado divulgados em 17 de setembro de 2018, 27 de setembro de 2018, 28 de setembro de 2018, 28 de janeiro de 2019, 7 de fevereiro de 2019 e 14 de março de 2019, informar aos seus acionistas e ao mercado em geral o quanto segue:

Como é de conhecimento do mercado, nos últimos meses a Stigma II LLC, acionista controladora da Companhia (“Ofertante”), vem trabalhando para providenciar a documentação necessária à realização de oferta pública de aquisição de ações para saída da Companhia do segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado “Novo Mercado” (“OPA” ou “Oferta”).

O processo, contudo, tem sido marcado por diversas intercorrências, que afetaram o próprio trâmite processual, adiando o lançamento da OPA e ensejando diversas atualizações na documentação da Oferta. Dentre esses elementos, destaca-se o ajuizamento e os posteriores andamentos do processo de recuperação judicial da Companhia (“Processo de Recuperação”), haja vista a necessidade de a avaliação da Companhia, e conseqüente valor econômico por ação no âmbito da OPA, refletir os termos do plano de recuperação judicial aprovado (“Plano de Recuperação”) e suas perspectivas de implementação.

Ocorre que, conforme divulgado pela Companhia em Fato Relevante datado de 1º de março de 2019 e em Comunicado ao Mercado datado de 14 de março de 2019, a decisão homologatória do Plano de Recuperação teve seus efeitos suspensos por decisão da 1ª Câmara



Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que concedeu efeito suspensivo a recursos que aguardam julgamento. Com isso, encontram-se suspensos os procedimentos de alienação da rede de drogarias “Farmais”, cujo desfecho pode alterar substancialmente a avaliação da Companhia.

Nesse contexto, tendo em vista a indefinição com relação aos rumos e prazos do Processo de Recuperação, e às consequentes premissas que suportariam a realização de avaliação adequada da Companhia, a Companhia informa que, após interações da Ofertante com a D. B3, concluiu-se que a realização da OPA, nesse momento, não é uma alternativa viável.

Assim, à luz da configurada inviabilidade de lançamento da OPA pela Ofertante, a Companhia informa que aguarda definição, pela D. B3, com relação às consequências práticas dessa conjuntura, bem como das eventuais medidas necessárias a sua regularização, conforme aplicável.

A Companhia reitera seu compromisso de manter os acionistas e o mercado em geral informados acerca do andamento dos assuntos aqui tratados e de qualquer outro assunto de interesse do mercado.

São Paulo, 3 de maio de 2019.

**Leonardo Leirinha Souza Campos**  
Diretor de Relações com Investidores



## **BRASIL PHARMA S.A. – IN JUDICIAL REORGANIZATION**

*Publicly-Held Company*

Corporate Taxpayer ID CNPJ/MF no. 11.395.624/0001-71

Company Registry (NIRE) 35.300.374.797

### **MATERIAL FACT**

**BRASIL PHARMA S.A. – IN JUDICIAL REORGANIZATION**, a corporation registered in Brazilian Securities Commission (“CVM”) as a category A publicly-held corporation, with headquarters in the City of São Paulo, State of São Paulo, at Rua dos Pinheiros, No. 498, 9<sup>th</sup> floor, Pinheiros, Zip Code 05422-902, with their certificate of incorporation registered with the Board of Trade of the State of São Paulo (*Junta Comercial do Estado de São Paulo*) under the Company Registry (NIRE) 35.300.374.797, enrolled with the Corporate Taxpayer ID CNPJ under the No. 11.395.624/0001-71 (“Company”), in accordance with the article 157, paragraph 4<sup>th</sup>, of the Law No. 6,404/1976, as amended (“Corporate Law”), and with the CVM Instruction No. 358/2002, as amended, in continuity to the material facts disclosed by the Company on November 16<sup>th</sup>, 2017, December 7<sup>th</sup>, 2017, December 19<sup>th</sup>, 2017, January 9<sup>th</sup>, 2018, January 15<sup>th</sup>, 2018, March 8<sup>th</sup>, 2018, June 29<sup>th</sup>, 2018, July 20<sup>th</sup>, 2018, September 13<sup>th</sup>, 2018, November 27<sup>th</sup>, 2018, January 10<sup>th</sup>, 2019, January 21<sup>st</sup>, 2019, February 8<sup>th</sup>, 2019, February 14<sup>th</sup>, 2019 and March 1<sup>st</sup>, 2019, and to the notices to the market disclosed on September 17<sup>th</sup>, 2018, September 27<sup>th</sup>, 2018, September 28<sup>th</sup>, 2018, January 28<sup>th</sup>, 2019, February 7<sup>th</sup>, 2019, March 14<sup>th</sup>, 2019, hereby informs its shareholders and the market in general of the following:

As already known by the market, in the previous months Stigma II LLC, controlling shareholder of the Company (“Offeror”), has been working to provide documents required for launching the voluntary tender offer for delisting from “Novo Mercado”, segment of differentiated corporate governance practices of B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (“OPA” or “Offer”).

The OPA process, however, has been featured by many events that affected its course, postponing the launching of the OPA and demanding several updates in the Offer documents. Among such elements, it is emphasized the Company’s judicial reorganization process (“Judicial Reorganization Process”) and its evolution, considering that the Company’s appraisal, and its consequent economic value per share in the ambit of OPA, has to be in accordance with the terms and conditions of the judicial reorganization plan (“Judicial Reorganization Plan”) and its perspectives.

As disclosed by the Company, under the terms of the Material Fact released on March 1<sup>st</sup>, 2019, and the Notice to the Market released on March 14<sup>th</sup>, 2019, the 1<sup>st</sup>



Corporate Court of the Judicial Court of São Paulo has suspended the decision that homologated the Judicial Reorganization Plan, granting suspensive effectives to the appeals against that decision. Therefore, the proceedings for alienation of the drugstore chain “Farmais”, which results might substantially affect Company’s appraisal, are currently suspended.

In this context, considering the uncertainty about the course and timing regarding the Judicial Reorganization Process, and about the premises that should support a proper appraisal of the Company, the Company hereby informs that, after contacts between the Offeror and B3, it has been concluded that the launching of the OPA, in this moment, is not a feasible alternative.

Thus, in the light of such impracticability, the Company informs that will wait for B3’s definition with respect practical consequences of such context, as well as eventual applicable measures deemed as necessary.

The Company reiterates its commitment to keep shareholders and the market in general informed concerning the progress of the matters discussed herein and with respect to any other relevant matter to the market.

São Paulo, May 3<sup>rd</sup> 2019.

**Leonardo Leirinha Souza Campos**  
Investors Relations Officer